



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

CONSELHO DIRETIVO

AVISO

Encerramento administrativo e imediato do estabelecimento de apoio social, não licenciado, Casa de Repouso Santo Expedito, propriedade de Casa de Repouso Santo Expedito Unipessoal Lda., NISS 25101848553 e NIF 510184855, sito em Rua 25 de Abril, Lote 37, Bairro do Espinhal, freguesia de Unhos, concelho de Loures.

Em conformidade com o estipulado nos art. 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, e dando cumprimento ao disposto na alínea b), do n.º 1 e n.º 3 do art. 40.º do citado diploma legal, torna-se público que, pela Deliberação n.º 179/13, de 5 de novembro de 2013, do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P., e ao abrigo do preceituado no supra citado art.º 35.º, foi ordenado o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social não licenciado com fins lucrativos, que exerce atividade do âmbito da Segurança Social, mediante o desenvolvimento da resposta social de Lar de Idosos e Centro de Dia, com a denominação de Casa de Repouso Santo Expedito, propriedade de Casa de Repouso Santo Expedito Unipessoal, Lda., NISS 25101848553 e NIF 510184855, sito em Rua 25 de Abril, lote 37, Bairro do Espinhal, freguesia de Unhos, concelho de Loures, distrito de Lisboa, por se ter verificado que este estabelecimento se encontra a funcionar com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

A reabertura do estabelecimento ou a prossecução da atividade de apoio social de forma ilegal, contrariando esta deliberação, faz incorrer o proprietário em crime de desobediência, previsto e punido, nos termos da alínea b), do artigo 348.º do Código Penal.

Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, o presente aviso deve permanecer afixado pelo prazo de 30 dias, advertindo-se que quem, deliberadamente, através da sua ação, impedir a afixação ou a permanência do presente aviso pelo período indicado, é passível de incorrer em procedimento criminal, nos termos do disposto nos artigos 347.º e 357.º do Código Penal, respetivamente.

Lisboa, 5 de novembro de 2013.

P'º Conselho Diretivo

Mariana Ribeiro Ferreira
Presidente